

TERRITORIALIDADES, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E PERSPECTIVAS DE LUTA

**TIAGO SIQUEIRA REIS
EVÂNIO MASCARENHAS PAULO
ORG.**

Tiago Siqueira Reis
Evânio Mascarenhas Paulo
Organizadores

**Territorialidades, conflitos
socioambientais e perspectivas de
luta**



Pantanal Editora

2025

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Dr. Jorge González Aguilera e Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com e Microsoft Copilot. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Profa. MSc. Adriana Flávia Neu
Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Profa. MSc. Aris Verdecia Peña
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Prof. Dr. Luciano Façanha Marques
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez
Profa. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Profa. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Profa. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Profa. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Profa. Dra. Patrícia Maurer
Profa. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
Prof. Dr. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Ugur Azizoglu
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Profa. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Rede Municipal de Niterói (RJ)
UNMSM (Peru)
UFMT
SED Mato Grosso do Sul
UEMA
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB
Sec. Mun. de Educação, Cultura e Tecnologia de Araripe
Universidade Kayseri, Türkiye
UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Catalogação na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

T327

Territorialidades, conflitos socioambientais e perspectivas de luta / Organização de Tiago Siqueira Reis, Evânio Mascarenhas Paulo. – Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2025.
264p. ; il.

Livro em PDF

ISBN 978-65-85756-48-8

DOI <https://doi.org/10.46420/9786585756488>

1. Território. 2. Geografia política. I. Reis, Tiago Siqueira (Organizador). II. Paulo, Evânio Mascarenhas (Organizador). III. Título.

CDD 320.12

Índice para catálogo sistemático

I. Território



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

A região amazônica terá centralidade na obra, no entanto, procuraremos apresentar ao leitor trabalhos que tratem de assuntos mais gerais que estejam relacionados a Territorialidades, Conflitos Socioambientais e Perspectivas de Lutas, como por exemplo, debates teóricos e metodológicos, estudos e ensaios sobre ecologia política, mudanças climáticas, agronegócio, agroecologia, povos tradicionais, capitalismo e meio ambiente, reforma agrária, mineração, garimpo, saúde, bem como todos aqueles assuntos que impactam diretamente na vida das populações da região da Amazônia brasileira e internacional. A ideia é gerar reflexões que conectem a Amazônia aos debates mais gerais e estes a Amazônia. Portanto, não é obrigatório o texto trabalhar especificamente sobre a Amazônia.

Sumário

Apresentação	4
Capítulo 1	6
Saúde e Controle Social na Amazônia: Espaços a Ocupar	6
Capítulo 2	16
El desconcierto del neoliberalismo latinoamericano.....	16
Capítulo 3	31
Desafios políticos, epistêmicos e metodológicos do mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil.....	31
Capítulo 4	62
Geografia do narcotráfico e facções do crime organizado na Amazônia.....	62
Capítulo 5	76
Marxism and the environment: the issues	76
Capítulo 6	100
Identificação de forçantes socioambientais atuantes no aumento de vulnerabilidades em comunidades da Bacia Amazônica	100
Capítulo 7	126
Mineração em terras indígenas: quatro lentes conceituais para contribuir com o debate no Brasil.....	126
Capítulo 8	139
As cerimônias rituais do noroeste amazônico: na perspectiva da sustentabilidade do patrimônio territorial ..	139
Capítulo 9	157
Conflitos socioterritoriais e pandemia de Covid-19.....	157
Capítulo 10.....	179
Como deter o trem do progresso? O Fórum Social da Pan- Amazônia e as lutas sociais (2002-2014)	179
Capítulo 11.....	192
Ecosocialismo, uma proposta concreta.....	192
Capítulo 12.....	213
America Latina: la Simplificación Territorial.....	213
Capítulo 13.....	238
A criminalização da homofobia no Brasil: a ADO 26 e a omissão legislativa	238
Capítulo 14.....	249
A geografia em ruínas dos grandes projetos na Amazônia: a mineração e os processos de territorialização de exceção	249
Índice Remissivo.....	263
Os organizadores	264

Como deter o trem do progresso? O Fórum Social da Pan- Amazônia e as lutas sociais (2002-2014)

Recebido em: 21/01/2025

Aceito em: 27/05/2025

 10.46420/9786585756488cap10

João Paulo de Oliveira Moreira 

INTRODUÇÃO

Com o intento de “frear o trem do progresso capitalista” foi estruturado o Fórum Social da Pan-Amazônia (FOSPA), importante e decisiva ferramenta dos povos tradicionais andino-amazônicos nas lutas contra os empreendimentos propostos pela IIRSA e financiados pelo BNDES durante o século XXI na região da Pan-Amazônia.

No presente capítulo⁴¹, faremos uma breve apresentação do Fórum Social da Pan- Amazônia (FOSPA), entre os anos de 2002-2014, com o objetivo de concatenar a sistematização de suas agendas de lutas mais gerais com sua contraposição aos empreendimentos expropriatórios na região.

A PAN-AMAZÔNIA

A região Pan-Amazônica⁴², usualmente é definida sob diferentes prismas, tais como: político-administrativo (Região norte do Brasil), econômico (Amazônia Legal), Amazônia sul-americana, Amazônia Brasileira ou Pan-Amazônia. Tais critérios não conseguem dar conta da totalidade do processo e das lutas que envolvem as relações sociais nesta territorialidade.

A região tem tido distintas definições, mediante diversos critérios, dando origem a três tipos de abordagens: a) a Amazônia Florestal; b) a Amazônia Hidrográfica; c) a Amazônia Geopolítica. A Amazônia Florestal compreende uma área total de 5.897.795km². Inclui-se na Amazônia Florestal a área formada pelas Guianas – República da Guiana, Suriname e Guiana francesa.

Já a Amazônia Hidrográfica exclui naturalmente as Guianas e, no caso brasileiro, inclui a área dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Rondônia, cujos tributários meridionais do rio Amazonas nascem em regiões de cerrados e savanas. Admite-se que a Amazônia Hidrográfica tem 6.869.344 km² e é formada pelas áreas da bacia amazônica que integram o Brasil, a Bolívia, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Venezuela (veja o mapa abaixo).

⁴¹ Este capítulo é desdobramento de um conjunto de reflexões travadas na tese de doutoramento: MOREIRA, J.P.O. O Capital-Imperialismo Brasileiro: A atuação do BNDES na Pan-Amazônia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

⁴² As informações político-administrativas e territoriais sobre a Amazônia e Pan-Amazônia foram obtidas através do clássico estudo de Bertha Becker, Amazônia (1990) e da mais recente obra, As Amazônia de Bertha Becker: ensaios sobre geografia e sociedade (2015).

Mapa – Região da Pan-Amazônia



Fonte: <http://portalamazonia.com/articulas/osiris-silva/pan-amazonia-futuro-a-construir>

A Pan-Amazônia possui 5 milhões de km quadrados, sendo que a grande parte desta região se localiza no Brasil (85%), representando 61% do território brasileiro, dividido em 9 estados e 8 países sul-americanos (Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname). Além disso, há um importante manancial hídrico que chega a 20% da água doce disponível na terra e uma importante área de reserva florestal.

O termo Pan-Amazônia passou a ser utilizado e difundido pelos movimentos sociais, como instrumento de unidade nas lutas dos distintos povos. O Fórum Social Pan- Amazônico, que começou em 2002, acabou por ser o *lôcus* de encontros e formulação política das distintas organizações dos povos

tradicionais da região. Estima-se que mais de 370 comunidades indígenas e um total de 33 milhões de indivíduos vivam na floresta ou da floresta, números que mostram a importância desta região para as lutas sociais⁴³.

O FOSPA

Em 1984 foi fundada a Coordenação de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), pioneira nas avaliações das grandes questões que envolviam os direitos indígenas. Na Bolívia, em 1987 foi criada a Assembleia do Povo Guarani e em 1989, o Congresso de Povos Indígenas do Beni, que apresentavam pautas como o reconhecimento territorial, a revalorização cultural, o fim das atividades de empresas madeireiras e pecuárias em seus territórios e a convocatória de uma “Marcha pelo direito ao território e a vida dos povos indígenas” no país. Essa marcha ocorreu em 1990 e resultou num importante impacto organizativo dos movimentos indígenas e camponeses na Bolívia, pois acabou por unificar as diversas organizações amazônicas do país numa central única, a Central Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB).

Em dezembro de 1999 realizou-se em Belém o II Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, convocado em conjunto pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (México) e pela Prefeitura da capital paraense. Em 2002, no rastro da primeira edição do Fórum Social Mundial (FSM), realizado no ano anterior em Porto Alegre, aconteceu igualmente em Belém, o I Fórum Social Pan- Amazônico (FOSPA), com o intento de reunir as entidades indígenas e camponesas para uma articulação de lutas contra os empreendimentos da IIRSA e, posteriormente, das obras e projetos financiados pelo BNDES.

Esta articulação desde o seu início pressupunha duas frentes orgânicas de lutas:

1. atuação na esfera institucional e jurídica, tais como fóruns da ONU e órgãos dos Estados nacionais, além da responsabilização criminal dos Estados por violação da consulta prévia aos indígenas (Marco 169 da OIT);
2. organização das resistências nos locais dos empreendimentos – utilização de recursos midiáticos (rádios comunitárias, internet, vídeos e jornais dos movimentos) reuniões amplas, passeatas, ocupações de territórios e em alguns casos, confrontos com as forças repressivas do Estado nacional em questão.

Desde 2002, o fórum reafirma em suas cartas uma visão de mundo totalizante, no sentido de confrontar o modo de produção capitalista, a economia verde e o aquecimento global, defendendo outro horizonte de sentidos, no qual o território seja baseado em relações de respeito e integração com o tecido amazônico em todas as suas dimensões, em contraposição a todas as formas de mercantilização do conjunto da vida social. Até 2014 foram realizados sete fóruns: 2002 – Belém (Brasil); 2003 – Belém

⁴³ Dados levantados pelos pesquisadores vinculados ao Fórum Social da Pan- Amazônia. Disponível em <https://foropanamazonico.wordpress.com/historia> Princípios.

(Brasil); 2004 – Ciudad Guayana (Venezuela); 2005 – Manaus (Brasil); 2010 – Santarém (Brasil); 2012 – Cobija (Bolívia); 2014 – Macapá (Brasil).

O FOSPA possui algumas tradições metodológicas. Os movimentos integrantes do fórum sempre começam por uma marcha pela cidade sede do evento e concluem com uma assembleia, na qual, por consenso é aprovada a carta da edição e suas moções. As atividades são divididas em autogestionadas (organizadas livremente por redes, entidades e movimentos) e centralizadas (mesas de debate definidas e sistematizadas pela organização do evento, após consultas), sendo estas últimas divididas em eixos e espaços temáticos.

O Fórum é composto por 23 organizações, sendo 11 do Peru⁴⁴, 4 do Brasil, 2 da Bolívia, 2 do Equador, 2 transandinas, 1 apoiadora de fora da Pan-Amazônia e 1 da Colômbia. Essas organizações são autônomas nas suas formas organizativas, tendo cada uma o seu funcionamento próprio com estatutos, sites, meios de comunicação, agenda de lutas, formas de se lutar e formação de militantes próprios.

Os temas são plurais, porém destacam-se algumas problemáticas históricas que compõem a centralidade de boa parte da agenda de lutas das organizações, tais como: Defesa do território, preservação dos direitos, garantia da convenção 169 da OIT, agroecologia, combate as opressões, combate ao colonialismo etc.

As formas como as lutas são encaminhadas também diferem entre as entidades. Existem aquelas que se dedicam a atuar pelas vias institucionais denunciando as arbitrariedades dos Estados nacionais em órgãos internacionais; entidades que atuam produzindo relatórios de violações dos direitos humanos; entidades de pesquisa sobre a condição indígena; entidades que atuam diretamente nas lutas de enfrentamento com os agressores/expropriadores de suas terras e as forças repressivas do Estado; entidades de formulação de políticas agroecológicas.

Ainda que com múltiplas pautas de debates e organização das lutas, os eixos trabalhados ao longo dos fóruns se repetiram na maior parte das vezes, o que nos possibilitou a identificação de um diagnóstico comum dos movimentos sociais acerca das questões a serem enfrentadas.

Vejamos o Quadro 1 abaixo.

⁴⁴ Salta aos olhos a predominância de entidades peruanas no Fórum não identificamos nas fontes uma explicação direta para o fenômeno, todavia, entendemos que a Amazônia Peruana acabou sendo o principal polo receptor de empreendimentos da IIRSA e dos financiamentos de obras do BNDES em áreas a serem expropriadas, além de importante corredor de exportação de commodities para o Pacífico e parceiro diplomático dos Governos do PT, entre 2003-2014.

Quadro 1. Síntese das Propostas e Objetivos dos Fóruns Indígenas-Amazônicos (2002-2014). Fonte: elaborado pelo autor com base nas cartas e moções disponibilizadas pelo FOSPA.

Síntese das Propostas e Objetivos dos Fóruns Indígenas-Amazônicos (2002-2014)	
Ano Local	Propostas
2002 Belém	• Articulação dos diálogos e das existências dos diversos povos amazônicos; • Organizar as lutas contra o neoliberalismo, a degradação ambiental, a pirataria e a destruição das formas de vida tradicionais; • Estruturar uma entidade para resistir aos empreendimentos da IIRSA na Pan- Amazônia⁶
2003 Belém	• Elaborar estratégias de enfrentamento aos empreendimentos na região • Aprofundar alianças com movimentos sociais da Pan- Amazônia • Abrir um canal de diálogo com o Governo Brasileiro frente aos empreendimentos previstos de serem financiados por BNDES, Eletrobrás e Banco do Brasil⁷
2005 Manaus	• Organização das resistências contra iniciativas que não contam com o consentimento das populações afetadas, como os tratados de livre comércio entre os países latino-americanos e a União Europeia, bem como aos empreendimentos financiados pelo BNDES e previstos na IIRSA • Reconhecimento do Buen Vivir e dos direitos da natureza como constitutivos da construção de um “outro mundo” • Combate ao machismo, racismo, as agressões a livre manifestação religiosa e as pessoas com deficiência⁸
2010 Santarém	• O tema das hidrelétricas foi o mais debatido no fórum • Organização das lutas e participações nos fóruns internacionais para barrar os empreendimentos da IIRSA-BNDES • Organização de redes de comunicação e educação popular • Defesa das culturas e diversidade dos povos⁹
2012 Cobija (Bolívia)	• Organização de grupos temáticos para além do FOSPA que discutissem os efeitos da crise econômica na Pan- Amazônia: 1 – Buen Vivir e Pluriculturalidade 2 – Processos de integração e desintegração na região com os projetos da IIRSA 3 – Lutas anticapitalistas e por justiça ambiental; 4 – Ciência e tecnologia indígenas • Defesa e exercício pleno dos direitos na Pan-Amazônia • Entendimento das crianças e dos jovens como agentes da nova sociedade Unidade dos povos para defesa de uma política de desmatamento zero
2014 Macapá	• Exigência do cumprimento dos tratados internacionais: direito a consulta prévia e convenção 169 • Incorporar ao FOSPA todos os movimentos e organizações que lutam em defesa dos seus territórios e da natureza • Denunciar o trabalho escravo • Avançar na reflexão do Buen Vivir como programa alternativo • Apoio ao feminismo e a luta das mulheres indígenas • Avançar nas cobranças de políticas contra o aquecimento global e por soberania alimentar

Os eixos temáticos formuladores das políticas oscilaram ao longo dos anos, e ampliaram-se em diversas direções. Alguns grupos de discussões foram mantidos desde o surgimento do Fórum: Terra e território; Impactos ambientais dos grandes empreendimentos; Buen Vivir; Integração da Pan-Amazônia. Pelo quadro acima, podemos depreender que as propostas mais gerais do Fórum como a própria articulação das diversas resistências aos empreendimentos na região datam do surgimento do FOSPA já em 2002.

A partir de 2004, inicia-se uma tentativa de dialogar com povos e entidades até então não participantes deste espaço, como os indígenas da Guiana Francesa, além de quilombolas e trabalhadores rurais, também sob o efeito das expropriações. Em 2005, ano de aprofundamento e expansão dos projetos e obras na Pan-Amazônia num contexto de governos progressistas, o Fórum delibera pela valorização do Buen Vivir e dos direitos da natureza, enquanto defende um horizonte de sentidos oposto e alternativo aos “desenvolvimentismos” expropriatórios em andamento na região. No mesmo ano as pautas de lutas contra as diversas formas de opressão são incorporadas politicamente – feminismo, luta antirracista, combate a intolerância religiosa e defesa de políticas públicas para pessoas com deficiência –, em consonância com a ascensão e visibilidade de coletivos e movimentos urbanos de mulheres, LGBTs, negras e negros, e de políticas públicas afirmativas.

No ano de 2010, com a proliferação de contratos bilaterais entre Brasil-Peru para a construção de hidrelétricas, o tema aparece como central, tanto para o debate energético, quanto para as táticas de enfrentamento as obras a serem empreendidas, visto que as mesmas levariam a impactos ambientais e culturais irreversíveis. Com relação a questão

ambiental, sinteticamente, podemos apresentar sete grandes impactos “gerais” mencionados em todos os eventos: 1 - industrialização forçada da selva amazônica; 2 - reorganização territorial da Amazônia; 3 - a possibilidade de colapso hidrológico; 4 - perda de biodiversidade e devastação da floresta; 5 - destruição dos modos de vida dos povos indígenas e das comunidades tradicionais; 6 - crescimento urbano desordenado.

Ainda em 2010, os temas da educação popular, das redes de comunicação e das culturas, aparecem nas propostas como elementos fundamentais a serem organizados. Vale mencionar que a cultura apareça como uma importante ferramenta tática para as lutas desde o surgimento da FOSPA.

A diferença para os outros anos é que a partir de 2010, o Fórum passaria a cumprir um papel educativo-pedagógico, na formação de seus militantes, reafirmando a cada edição a necessidade de expansão das culturas amazônicas através de um sistema comunicacional alternativo e próprio dos movimentos, capaz de promover o enfrentamento a mídia proprietária.

Em 2012 e 2014, as entidades participantes do Fórum demonstraram estar em sintonia com o conjunto de lutas na região e em âmbito internacional, ao propugnarem, tal qual num programa em movimento, propostas de debates e reflexões sobre políticas econômicas e as consequências para os povos indígenas, assim como uma saída alternativa para a crise civilizacional, que passaria pelas lutas

anticapitalistas e por justiça ambiental (desmatamento zero). As lutas anticapitalistas estavam em discussão entre os movimentos indígenas na América Latina.

ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES DO FOSPA

1) Coordenação Nacional para os Direitos Humanos do Peru (CNDDHH): composto por ativistas e acadêmicos que produzem relatórios sobre as violações dos direitos humanos no Peru.

2) Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB): sediado na cidade de Natal-RN, este movimento pauta o combate ao machismo, homofobia e racismo. Em seus documentos e princípios, a AMB reafirma a luta contra o capitalismo e as políticas neoliberais⁴⁵.

3) Associação de Produtos Orgânicos do Peru (ANPE): é uma organização nacional com ampla capilaridade em diversas regiões do país. Tomam como pauta central a defesa da agroecologia.

4) Coordenação Andina de Organizações Indígenas: compõe organizações indígenas da Amazônia boliviana, colombiana, equatoriana e peruana. A Coordenação pauta a autodeterminação dos povos indígenas, a defesa dos territórios, a consulta prévia e o combate a militarização dos territórios indígenas.

5) Central Asháninka do Río Ene no Peru (CARE): agrupa os povos indígenas da etnia Asháninka. Possuem um caráter defensivo, de preservação de seus direitos e garantia do território nas proximidades do Río Ene.

6) Confederação Nacional Agrária do Peru (CNA): organização indígena fundada em 1974, no contexto da reforma agrária do então Presidente Juan Velasco Alvarado. Atualmente promovem debates sobre a soberania alimentar e agroecologia.

7) Conferência Nacional de Desenvolvimento Social do Peru (CONADES): organização que congrega inúmeras ONGs, Igrejas e movimentos sociais. Fundada em 1996, o CONADES pautou seus primeiros debates em torno da questão da pobreza e da fome. Atualmente promovem debates sobre modelos alternativos de desenvolvimento e buscam seguir uma linha de defesa da cidadania, levando aos candidatos à presidência as suas propostas:

“CONADES tiene como objetivo central definir y presentar, a los candidatos a la presidencia de la República y congresistas del Perú, las propuestas conjuntas de las organizaciones y movimientos ciudadanos para el desarrollo nacional y descentralizado del Perú para los próximos años.” (Disponível em: <http://conades.org.pe/que-es-conades/>. A tirar pelas moções e cartas, o CONADES exerce pouca influência na proposição política e linha de atuação no FOSPA).

8) Comissão Pastoral da Terra (CPT): nasceu em junho de 1975, durante a reunião de bispos e prelados da Amazônia, convocada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada em Goiânia. Foi fundada durante a ditadura militar, em resposta à grave situação vivida por trabalhadores

⁴⁵ <http://www.articulacaodemulheres.org.br/>

rurais, especialmente na Amazônia, muitas vezes em condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras ocupadas.

9) Fundação Jubileu da Bolívia: é uma instituição católica que trabalha em áreas de política social e econômica, desenvolve processos de pesquisa e informações sobre a questão indígena na Amazônia.

10) Instituto Latino-Americano para a Sociedade e Direito Alternativo (ILSA): criada como Fundação Privada e Associação sem Fins Lucrativos (FASFIL) em 1978, o ILSA tem sede em Bogotá na Colômbia. A sua área de atuação se circunscreve aos debates de gênero e mudanças constitucionais. Em seu site não constam patrocinadores ou qualquer indício de relações com outras ONGs ou APHs. A ILSA se organiza através da publicação de boletins, relatórios e palestras. Pelo perfil das entidades que compõem o Fórum, a ILSA se apresenta como um “ponto fora da curva” por ser uma FASFIL e pautar a sua atuação nas discussões sobre mudanças constitucionais e não na defesa dos direitos indígenas e seus territórios.

11) Associação Latino-Americana para a Rádio Educação (ALER): é uma rede de comunicação de educação popular transandina. Tem por principal objetivo o debate sobre democratização da mídia.

12) Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica – Peru (COICA): organização de diferentes povos que habitam a Bacia Amazônica, região de mais de 7 milhões de quilômetros quadrados. A COICA procura garantir a convenção 169 da OIT e a Convenção sobre Diversidade Biológica, enviando representantes aos fóruns de debate da ONU.

13) Federação Nacional de Mulheres Rurais, Índios e Assalariados do Peru (FENMUCARINAP): entidade que estrutura as lutas das mulheres camponesas, indígenas e trabalhadores de descendência indígena em solo peruano.

14) Instituto Bartolomé de las Casas – Peru: organização da sociedade civil vinculada a preceitos de uma “Igreja Pobre”, com enfoque de gênero e fortalecimento das entidades indígenas locais.

15) Associação interétnica para o desenvolvimento da selva peruana (AIDASEP): é uma organização civil que reúne diferentes organizações sociais na Amazônia do Peru.

16) Organização Nacional de Mulheres Indígenas do Peru andino e amazônico: reúne as mulheres indígenas e camponesas da região amazônica peruana.

17) Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – Brasil: é um movimento popular, tem o objetivo de organizar toda a população em risco ou afetadas por barragens, represas e pelo hidronegócio.

18) Conselho Indigenista Missionário (CIMI): órgão vinculado à CNBB, criado em 1972, no contexto da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil, mais precisamente quando o regime implementava megaprojetos de infraestrutura. O CIMI buscou fortalecer a articulação entre aldeias e povos indígenas, bem como garantir o mínimo dos direitos a esses povos.

19) Centro de Trabalho e Desenvolvimento Agrário (CEDLA): centro de pesquisa vinculado à Universiteit Van Amsterdam. O CEDLA é parceira do Fórum e desenvolve pesquisas sobre o mundo do trabalho na região andino-amazônica e os impactos do desenvolvimento.

20) Coordenadora Andina de Organizações Indígenas (CAOI) – Peru: grupo que tem por objetivo a articulação dos povos andinos e a difusão do Buen Vivir.

21) Central Indígena del Oriente Boliviano (CIDOB): fundada em 1982, em Santa Cruz de la Sierra, a CIDOB reúne 34 povos das chamadas terras baixas boliviana.

22) Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE): fundada em 1986 com o objetivo de consolidação dos direitos e lutas dos diferentes povos indígenas do Equador. No site da CONAIE, é enfatizado, entre os seus objetivos, a luta contra o colonialismo e o neocolonialismo via atuação das multinacionais em terras indígenas.

23) Confederación de las Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana (CONFENIAE): entidade que representa 1500 comunidades indígenas na Amazônia Equatoriana. Na sua descrição, os membros da CONFENIAE ressaltam uma crítica radical ao capitalismo e seus asseclas na Amazônia:

Los nuevos retos planteados en la Amazonía por la expansión de las actividades petroleras, agroindustriales, BNDES, IIRSA y madereras, han hecho que se privilegie la lucha por la legalización y defensa de los territorios ancestrales de los pueblos y nacionalidades; ello ha conducido a replantearse las formas tradicionales de organización y a adoptar formas legales de existencias para poder defender con más eficiencias a los derechos de los pueblos amazónicos frente al modelo extractivistas impulsado desde el Estado.

¡Por todo esto nuestra lucha nuestra lucha es firme y combativa contra un estado colonial y el sistema capitalista que nos explota a los pueblos!

¡Nuestra firme lucha por la AUTODETERMINACIÓN DE LOS PUEBLOS! (Disponível em: <https://confeniae.net/quienes-somos>. Acessado em 22/04/18).

CARTAS E MOÇÕES

Na carta de Santarém (2010) é reafirmada a necessidade de uma “utopia” para os povos da Pan-Amazônia. Esta utopia seria uma outra integração e cooperação dos povos que não a que estava colocada pelos Estados nacionais e multinacionais envolvidas nos projetos de integração. A efetivação política desta utopia deveria passar pela construção de um horizonte transnacional das lutas, que articulasse tanto a preservação e aquisição de direitos imediatos dos povos originários, quanto a longo prazo, a superação da ordem do capital, por outra a ser construída sob os pilares éticos do Buen Vivir.

A construção de um continente sem fronteiras e livre de todas as opressões e explorações passaria pela formação primeira de Estados plurinacionais garantidores dos direitos dos povos tradicionais e da natureza. Nesse sentido, a relação com a natureza a partir de uma lógica de coexistência e não de dominação ou mercantilização, seria a condição fundamental para alcançar tal utopia. A participação plena e igualitária das mulheres também seria uma condição na construção das novas sociedades. Da mesma forma a proteção integral das crianças, como portadoras do futuro da Humanidade.

Nesse sentido, as alterações climáticas, as atividades mineradoras, petrolíferas e o agronegócio constituem inimigos a serem derrotados, juntamente com os megaprojetos expropriatórios. A unificação

das lutas se daria em torno do enfrentamento e interrupção desta lógica de desenvolvimento adotada na região. Para tanto, foram defendidas as seguintes linhas de ação:

- Lutar pela produção de outras formas de energia em pequena escala, fortalecendo a autonomia e a autogestão da Amazônia e de suas comunidades;
- Realizar campanhas pelo reconhecimento, demarcação e homologação das terras indígenas, titulação coletiva das terras quilombolas e de comunidades tradicionais;
- Pleno direito de consulta livre bem-informada e consentimento prévio para projetos com impacto social e ambiental;
- Alianças entre os povos da floresta, dos campos e das cidades;
- Participar das redes que investigam a ação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil), contribuindo para obstruir os financiamentos a projetos que destroem o meio ambiente;
- Promover ações articuladas de denúncia e pressão contra projetos de caráter sub-imperialista do governo brasileiro na Pan-Amazônia;
- Unificar as lutas contra a construção de represas hidrelétrica nos rios da bacia amazônica, em especial as lutas contra Belo Monte, Inambary, Paitzpatango, Tapajós, Teles Pires, Jirau, Santo Antonio e Cachuela Esperanza;
- Lutar pela titulação de terras aos trabalhadores do campo e da cidade; organizar fóruns regionais para troca de conhecimentos e implementação de ações, com organizações de outras regiões, em cada local onde a Mãe Terra esteja sendo agredida, ou ameaçada;
- Realizar encontros e marchas denunciando as diversas formas de opressão, como o machismo, racismo e homofobia, e apresentando as soluções propostas pelas organizações e movimentos sociais;
- Avançar na elaboração de propostas para garantir vida digna a todos os povos da Pan-Amazônia, considerando suas diferenças intra e inter-regionais;
- Mobilizar as sociedades civis Pan-Amazônicas, contra as falsas soluções de mercado para o clima, como o REDD;
- Desenvolver lutas contra o patenteamento do conhecimento das populações tradicionais, que apenas promovem os interesses das grandes corporações transnacionais;
- Mobilizar as organizações contra as estratégias dos governos e das grandes empresas, voltadas à flexibilização da legislação ambiental na Pan-amazônia;
- Lutar pelo reconhecimento legal de “territórios livres da mineração” e de outros empreendimentos, nos ordenamentos jurídicos dos países da Pan-Amazônia;
- Constituir um centro de comunicação do FOSPA, de maneira compartilhada, com a função de interligar os movimentos sociais da Pan-Amazônia, socializar debates e iniciativas de ação;

- Divulgar as ações, discussões e resultados do FOSPA nas comunidades, através de uma rede de comunicação⁴⁶.

Em 2012, a Aliança dos povos tomou como principais pontos a serem combatidos e defendidos:

- A unidade dos povos dos rios da Pan-Amazônia na luta constante por um modelo de desenvolvimento que respeite as formas de ser, fazer, viver, saber e de se organizar dos povos amazônicos;

- Combate e denúncia da truculência com a qual os governos estão conduzindo seu modelo de desenvolvimento e negação da chamada sustentabilidade;

- Que a Pan-Amazônia não é um espaço vazio que vive na “solidão”;

- Entendimento de que os Estados Nacionais da Bacia Amazônica estão enfrentando um momento de superexaltação do econômico em detrimento das garantias políticas e sociais e que isso é a nota característica de Estados de exceção e ditatoriais;

- Não aceitação da utilização de força e violência policial contra os povos da Pan-Amazônia e responsabilização integral do governo brasileiro pelos impactos ambientais da hidrelétrica de Chaglla e Mandariacu;

- Não aceitação dos grandes empreendimentos serem financiados com dinheiro público; Busca de apoio internacional para a proteção dos direitos e declaração de insurgência e beligerância no sentido que o direito internacional público confere a estas categorias⁴⁷.

No fórum de 2014, as moções aprovadas também foram de encontro à necessidade de barrar as construções de hidrelétricas e barragens, compreendidas como “projetos megalomaniacos”, geradores de concentração de riquezas e devastação dos territórios. Por conseguinte, a palavra de ordem do fórum foi “Por uma Pan-Amazônia livre de barragens⁴⁸”.

Além da proposta de mobilizações e protestos para barrar esses projetos, definiu-se por levar as instâncias de Governos, empresas e bancos aos tribunais nacionais e internacionais. A percepção do problema, forjada nas lutas, articulava os agentes da devastação de maneira a não sobrepor inimigos. Esta visão fica bem elucidada nas moções⁴⁹ a seguir reveladas:

MOÇÃO DE DENÚNCIA: O governo brasileiro continua com seu plano megalomaniaco de construção de mais de 30 grandes empreendimentos energéticos na Amazônia Brasileira e ainda participa na construção de hidrelétricas em países como Bolívia, Peru, Equador, com o intuito de aquecer as empresas brasileiras que vivem da especulação da miséria do povo Pan-Amazônico em prol de seus lucros. Seu único objetivo é produzir energia para atender a um consumo cada vez maior na sociedade brasileira e das empresas de mineração que crescem cada vez que uma nova hidrelétrica entra em

⁴⁶ Carta de Santarém (2010), disponível em: <https://foropanamazonico.wordpress.com/cartas-2/>

⁴⁷ Carta de Cobija (2012), disponível em: <https://foropanamazonico.wordpress.com/cartas-2/>

⁴⁸ <https://foropanamazonico.wordpress.com/cartas-2/>

⁴⁹ Carta de Macapá (2014), disponível em: <https://foropanamazonico.wordpress.com/cartas-2/>

operação. Por isso denunciamos esta ofensiva contra os povos indígenas, camponeses, agricultores familiares, ribeirinhos e nos juntamos ao Povo Munduruku para dizer ao governo brasileiro que não aceitaremos nenhuma hidrelétrica na Bacia do Rio Tapajós, assim como nas bacias dos rios Teles Pires, Juruena e Xingú. Conclamamos a Aliança dos Rios da Amazônia para levar este caso à Corte Internacional incriminando o Governo Federal, estaduais e municipais.

MOÇÃO DE DENÚNCIA: Denunciamos a cumplicidade dos Estados que aprofundam nas últimas quatro décadas a arquitetura da impunidade por meio da implementação de instrumentos de proteção e promoção dos interesses das empresas transnacionais a partir de Parcerias público- privadas; Financiamento público direto no marco do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Brasil (por exemplo, via BNDES) e da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA); Acordos de livre comércio, tratados bilaterais de investimento e mecanismos de resolução de controvérsias jurídicas enviesados em favor do capital transnacional (tais como o CIADI do Banco Mundial e o Mecanismo de Resolução de Controvérsias da OMC); o desmantelamento das legislações ambientais e dos instrumentos de proteção de direitos humanos em vários níveis.

MOÇÃO DE DESAGRAVO A GOVERNOS: Que o Governo da Bolívia cumpra a resolução do Centro Interamericano de Direitos Humanos, rechaçando a pseudo consulta que fez sobre a Carretera por TIPNIS e seu traçado atual. Que os países e governos amazônicos cumpram sua obrigação internacional de fazer as consultas prévias livres, informadas com os povos indígenas quando pretendem fazer obras que afetam a eles e seu meio ambiente.

Esta última moção preconiza as denúncias das obras em andamento e aquelas que estavam por sair do papel. A ênfase é dada na responsabilização dos Estados nacionais, já num cenário de refluxo dos empreendimentos e investimentos na região, desdobramento da crise econômica, da Operação Lava-Jato e do início do contingenciamento de recursos do BNDES para as obras promovidas pelas empresas de construção civil. Presenciamos também um refluxo do próprio projeto da IIRSA e do “modelo de desenvolvimento” adotado no período, o que pode ter favorecido uma resolução que priorizasse os canais institucionais de atuação do Fórum e entidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentarmos em linhas gerais algumas das proposições do FOSPA, tivemos por objetivo demonstrar, ainda que superficialmente, as reações organizativas dos desdobramentos dos projetos levados a cabo pela IIRSA e financiados pelo BNDES, assim como a miríade de contradições e tensões existentes na região que necessitavam de uma entidade que soldasse as lutas e organizações.

Foi através dos encontros nos fóruns e da criação de uma rede de contatos e informações entre as diversas organizações que foi possível articular qualitativamente as lutas das organizações em âmbito

local e saltar quantitativamente para uma teia solidária internacional de enfrentamentos aos empreendimentos. Através destas lutas foi possível “frear” o trem do progresso capitalista em algumas das obras previstas pela IIRSA e com possibilidades de financiamento pelo BNDES.

O FOSPA não parou na cronologia desta pesquisa, e se mantém até o atual momento ativo⁵⁰, combativo e organizador das pautas dos povos tradicionais em âmbito internacional. Em 2020, o Fórum foi realizado na Colômbia, à luz de um crescimento vertiginoso do assassinato de lideranças campesinas e indígenas no país, demonstrando que os organizadores do Fórum buscam realizar o evento onde as lutas mais agudas se encontram.

O processo de unificação das lutas e das diversas e múltiplas organizações da Pan- Amazônia ainda está em andamento, ainda assim podemos apontar para importantes lutas de resistências vitoriosas: dos Ashaninka, contra as hidrelétricas e a estrada TIPNIS; formação de uma intelectualidade indígena, formuladora de políticas e teoria; projetos de educação popular, comprometimento e cobrança dos órgãos estatais com a educação bilíngue; defesa dos modos de vida comunitários e revalorização dos sábios e tradições ancestrais⁵¹.

Se frear o trem da barbárie significou num momento mais imediato combater o neoliberalismo e barrar os empreendimentos na região, é possível depreendermos que parcela significativa das entidades que atuam no FOSPA formularam e sintetizaram uma visão de mundo em que o modo de produção capitalista engendra, impulsiona e normatiza a barbárie, por isso o inimigo a ser derrotado é a própria sociabilidade do capital, incompatível com a natureza e os modos de vida dos povos tradicionais.

REFERÊNCIAS

- Becker, B. K. Amazônia. Rio de Janeiro. Editora Ática, 1990.
- Becker, B. K. As Amazônia de Bertha K. Becker - 3 volumes. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2015.
- García-Falces; Pardo. “La Cuestión del Medio Ambiente”. Foro Social Mundial y Pueblos Indígenas, Madrid, diciembre / 2002, pp. 1-34. Disponível em <http://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Informes/Verdes/Foro%20Social%20Mundial%20y>
- Moreira, J.P.O. O Capital-Imperialismo Brasileiro: A atuação do BNDES na Pan- Amazônia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

⁵⁰ Em 2024, o Fórum será realizado novamente no departamento de Cobija, na Bolívia.

⁵¹ Ver: MOREIRA, 2019, p. 284-285.

Índice Remissivo

A

ADO 26, 238, 262
Amazônia, 6, 7, 62, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72,
73, 74, 75, 144, 152, 249, 250, 251, 252, 255,
256, 257, 258, 259, 260

B

Brasil, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 41, 43, 45, 46,
47, 49, 52, 54, 56, 238, 239, 240, 241, 242,
243, 244, 245, 247

C

Covid-19, 157, 169, 172, 176
Criminalização, 244

E

Ecosocialismo, 192, 205
Estados Unidos, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24,
25, 26, 27, 28, 29

F

Facções, 70, 74
Fórum Social da Pan-Amazônia, 179
FOSPA, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 189,
190, 191

G

Geografia, 62, 67

H

Homofobia, 245

M

Mineração, 126, 127, 251, 252, 258

N

Neoliberalismo, 181

S

Saúde, 6, 7, 8, 9, 13

Os organizadores



Tiago Siqueira Reis

Professor do curso de Licenciatura Intercultural, no Instituto de Formação Superior Indígena - Insikiran, da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História pela Universidade Nova de Lisboa/Portugal, linha de pesquisa História Contemporânea. Pós-doutor no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF), pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Licenciado em História e Sociologia, e bacharel em Turismo. Contato: siqueira.treis@gmail.com



Evânio Mascarenhas Paulo

Professor Adjunto, nível A, na Universidade Federal de Roraima, onde ocupa o cargo de Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras. Doutor em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul. Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará. Graduado também em Economia pela Universidade Regional do Cariri. Linhas de pesquisa: ciência social, em especial à Ciência Econômicas, sendo que elas estão contidas em revistas, livros e anais de congressos, tanto nacionais como internacionais, de reconhecida notoriedade. Contato: evanio.paulo@ufrr.br



9786585756488



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 9608-6133 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br